

ANC

GAZETA MERCANTIL

MAX

ACORPATEM NOME: NPK+MICRONUTRIENTES



CONSTITUINTE

“Projeto Hércules” é entregue sem acordo sobre temas polêmicos

por Francisca Stella Fagó de Brasília

A próxima versão de projeto de Constituição começou a ser montada ontem com uma grande solenidade de entrega às figuras-chave da Constituinte do projeto “Hércules”. O texto foi elaborado pelo Grupo dos 32, e coordenado pelo senador José Richa (PMDB-PR).

O “Hércules” foi recebido pelo deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, como uma das mais preciosas contribuições ao seu trabalho. E rejeitado pelos partidos de esquerda e não conquistou o apoio integral do grupo do consenso coordenado pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR). “O ‘Hércules’ enxugou o texto da Comissão de Sistematização tirando tudo o que havia de melhor”, avalia o vice-líder do PT, deputado José Genoino.

Pela manhã, Richa entregou o “Hércules” ao presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, no 24º andar do edifício-sede do Banco do Brasil em Brasília, onde Cabral e os demais relatores decidiram trabalhar a partir de agora. Lá estavam o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, Cabral e os demais constituintes que vão redigir o novo texto, Fernando Henrique Cardoso e o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS).

Até o final da tarde, os relatores ainda analisavam capítulo por capítulo dos textos que adotaram como referência. A Constituinte, instalada sem qualquer texto de referência, agora tem cinco. O restrito grupo de relatores da Comissão de Sistematização começou ontem a montar a próxima versão de projeto de Constituição a partir de cinco diferentes projetos: o que resultou do trabalho das comissões da Constituinte; do relator Bernardo Cabral; o projeto “Hércules”, elaborado pelo Grupo dos 32, coordenado pelo se-

A emenda dos empresários

por Andrew Greenlees de Brasília

Cerca de 190 empresários gaúchos entregaram ontem ao relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, emenda popular com 33.049 assinaturas contrárias ao princípio da estabilidade no emprego, à redução da jornada de trabalho para quarenta horas semanais e ao pagamento em dobro de férias, todos previstos no atual anteprojeto.

O grupo — denominado movimento pela liberdade empresarial e coordenado pelo presidente do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Mandelli — distribuiu manifesto onde se lê: “As conquistas trabalhistas devem resultar da livre negociação, ajustando-se às peculiaridades e possibilidades de cada setor ou empresa, em um processo gradativo”. Ainda segundo o texto dos empresários, a nova Constituição deve “consagrar apenas o princípio da liberdade de contratar e a de negociação”.

A estabilidade no emprego é classificada como “medida de drásticas consequências à produtividade nacional, que aumentaria o mercado informal de trabalho, inibiria a criação e expansão de novos empreendimentos e afugentaria os investimentos externos”.

A emenda apresentada pelos empresários garante “a relação de emprego, salvo (nos casos de) contrato a termo,

ocorrência de falta grave, prazos definidos em contratos de experiência, superveniência de fato econômico intransponível, técnico ou de infortúnio da empresa e pagamento de indenização progressiva e proporcional ao tempo de serviço na forma da lei”. O texto não define a necessidade da comprovação judicial do “fato econômico intransponível” como ocorre no anteprojeto.

O relator Bernardo Cabral disse que, a exemplo das demais emendas populares, esta será incluída em seu substitutivo caso obtenha aprovação na maioria dos grupos de negociação que se formaram na Constituinte.

Mais tarde, os empresários gaúchos foram recebidos pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, no Palácio do Planalto. Segundo o ministro, “o primeiro compromisso do Brasil é com a liberdade, e esse compromisso inclui a livre iniciativa”. Ainda na opinião de Costa Couto, “a participação do Estado na economia é exagerada e o Brasil já amadureceu o suficiente para essa participação ser reduzida e não ampliada”.

Já o presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco, entregou ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, emenda popular com 290.457 assinaturas condenando a proposta de estatizar o Sesi, Senai, Sesc e Senac.

nador José Richa; o do jurista José Afonso da Silva, assessor jurídico do líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas; o do Instituto dos Advogados do Brasil; e um ou outro elaborado pela assessoria do Congresso.

Até o dia 23, prazo para a conclusão do projeto, os relatores têm pela frente a tarefa de compor um novo texto que não poderá ignorar as mais de 12 mil emendas apresentadas ao projeto Cabral, as emendas populares e as polêmicas resolvidas pelos grupos suprapartidários.

Precisará também considerar um conjunto de emendas coletivamente apresentadas por grupos de constituintes que apoiaram fórmulas diferentes para resolver as polêmicas não resolvidas, como refor-

ma agrária, mandato presidencial, sistema de governo e sistema eleitoral.

Cerca de oitenta constituintes do PT, do PDT, do PC do B, do PCB, do PSB e do Movimento Unidade Progressista, a ala esquerda do PMDB, articularam um conjunto de emendas sobre quinze temas polêmicos, entre eles reforma agrária, anistia, empresa nacional, criação do Ministério da Defesa, eleições presidenciais em novembro de 1988, estabilidade no emprego e jornada de trabalho de quarenta horas.

Outro conjunto de emendas coletivas foi apresentado ontem também pelo chamado grupo de consenso, coordenado pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR). Foram setenta emendas sobre doze temas polé-

micos, dos quais cinco ficaram completamente resolvidos com o Grupo dos 32 e foram incorporados ao projeto “Hércules”: anistia, comunicação, questão urbana, saúde e presença do Estado na economia.

Os sete temas que o grupo do consenso vai bancar sem o apoio do grupo de Richa são reforma agrária, reserva de mercado, meio ambiente, educação, criação do tribunal constitucional, sistema tributário e sistema financeiro. Eles são incluídos pelo grupo entre os temas divergentes porque restaram das negociações pontos não consensuais. Foi o caso da imissão imediata na posse dos imóveis desapropriados, muito embora tenham chegado ao consenso sobre outros pontos da reforma agrária.

Covas entrega emenda das diretas e coloca Ulysses “numa sinuca”

por Andrew Greenlees de Brasília

“Não sei se o senador Mário Covas joga, mas ele me colocou numa sinuca de bico”, disse ontem o deputado Ulysses Guimarães diante do senador líder do PMDB na Constituinte, que acabava de lhe entregar uma emenda popular com 96.863 assinaturas de pessoas que gostariam de eleger o novo presidente da República, em novembro do próximo ano.

Os gritos de “assina, assina” dirigidos a Ulysses — presidente da Constituinte e do PMDB —, pelo público e parlamentares favoráveis à emenda indicavam que o senador Mário Covas realmente havia feito uma jogada de mestre, acompanhada de constantes elogios à liderança de Ulysses. Mas, bem-humorado e sorrindo o tempo todo, Ulysses esgueirou-se das investidas.

“Há às vezes, atitudes na vida política que constituem um imperativo, às vezes não ajustado à nossa vocação”, disse em seu discurso o presidente do PMDB, numa clara alusão ao fato de não ter assinado a emenda e de sustentar o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.

Aproveitou para contar a história de “uma amiga” que visitou um centro espírita e ao retornar, disse que jamais voltaria aquele lugar para não correr o risco de se converter a esta corrente religiosa. “Se ouvir um novo discurso como o do senador Covas, correrei o mesmo risco de minha amiga”, disse Ulysses.

No pronunciamento que o deputado ouviu atentamente, Covas elogiou seguidamente e negou qualquer conotação de “rebeldia” na sua iniciativa de fazer uma emenda popular. E acrescentou “mais dia, menos dia, tenho certeza de que vossa excelência será um subscritor da emenda”.



Ulysses Guimarães

Ulysses manteve o largo sorriso.

Covas seguiu adiante, sustentando que, na verdade, apenas duas propostas de mandato presidencial fazem sentido. Seis anos, porque está na atual Constituição. E quatro, por ser o final da transição democrática, hora de eleição presidencial. “Não há regra para os cinco anos, a não ser porque é a média de quatro e seis”, ironizou Covas, em nova farpa lançada contra Ulysses, defensor dos cinco anos.

Apesar de afirmar que tem apreço pessoal pelo presidente Sarney, Covas que é hoje o principal “presidenciável” da nova geração do partido — foi enfático: “Não há como abrir mão de um ano de mandato, que não é mercadoria capaz de sofrer descontos. Mandato não se mede em anos, mas em tarefas e a transição é uma tarefa que se esgota com a Constituinte”.

A emenda pelas eleições em 1988 foi apoiada pela Federação Nacional dos Jornalistas, Instituto dos Arquitetos do Brasil e Federação das Associações dos Agrônomos do Brasil, conforme estipula o regimento interno da Constituinte, onde está a exigência de apoio de três entidades e de pelo menos 20 mil assinaturas.

COMISSÃO PARLAMENTAR

Deputados relatam viagem ao presidente

por Edson Beú de Brasília

O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), da comissão suprapartidária que viajou recentemente aos Estados Unidos com a missão de sensibilizar os credores do País, relatou, ontem, ao presidente José Sarney a seguinte queixa feita pelo senador Bill Bradley: a necessidade do governo brasileiro de conter importações para gerar saldos comerciais e pagar a dívida externa já causou, nos últimos anos, a demissão de aproximadamente 1

milhão de trabalhadores americanos, lotados em setores tradicionalmente exportadores para o Terceiro Mundo.

Bradley, segundo Gasparian, disse à comissão que a classe política norte-americana compreendia a decisão brasileira de decretar a moratória. Na sua opinião, as novas democracias do Terceiro Mundo não podiam ser comprometidas pelos erros das ditaduras. O senador democrata defendeu que a dívida seja analisada como um problema político.

As propostas de cada grupo

por Francisca Stella Fagó de Brasília

O grupo suprapartidário dos 32, coordenado pelo senador José Richa (PMDB-PR), concluiu o seu projeto de Constituição sem chegar ao consenso sobre a questão da reforma agrária. O grupo do consenso, coordenado pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), conseguiu extrair da negociação interna uma proposta comum, mas encontra resistências à esquerda e à direita.

Apesar da dificuldade de uma solução negociada na Constituinte, o deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, acredita que o seu substitutivo poderá evitar que a questão seja resolvida no voto.

O ponto mais polêmico é a possibilidade de a União tomar posse imediata dos imóveis desapropriados.

Quarta-feira à noite, Cabral estava reunido com constituintes dos dois grupos em busca de uma fórmula de conciliação. Em outro lugar, o ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire, buscava o mesmo objetivo com os deputados Cid Carvalho, do PMDB, Bonifácio Andrade, do PDS, e Jayme Santana, do PFL, que também participaram da negociação da

reforma agrária entre os dois grupos suprapartidários.

A fórmula adotada pelo grupo do consenso resultou na emenda apresentada ontem com a seguinte redação: “O ato de desapropriação de um imóvel como de interesse social para fins de reforma agrária implica a imediata imissão da União na sua posse, permitindo o registro da propriedade; sentença judicial, transitada em julgado, decidindo pela inexistência de requisito necessário para a desapropriação para fins de reforma agrária determinará que a indenização seja paga em dinheiro,

com seu valor corrigido à data do efetivo pagamento”.

A direita, a emenda sofre resistência porque não permite ao desapropriado contestar judicialmente a desapropriação. Mas à esquerda, os constituintes sustentam que a possibilidade de contestação da desapropriação abre o caminho para processos judiciais intermináveis, que inviabilizam a reforma agrária.

Outras nove medidas do grupo do consenso tratam da reforma agrária, estabelecendo, por exemplo, a função social da propriedade.